

IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PATRIMONIAIS DA NÃO CONSIDERAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE EMPRESAS DE CARNES E DERIVADOS LISTADAS NA B3*

ECONOMIC-FINANCIAL AND EQUITY IMPACTS OF NOT CONSIDERING THE MONETARY CORRECTION IN THE FINANCIAL STATEMENTS OF MEAT AND DERIVATIVES COMPANIES LISTED ON B3

Luiza de Campos Rostirolla**
Maria Ivanice Vendruscolo***

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar os impactos econômico-financeiros e patrimoniais da não consideração da Correção Monetária nas demonstrações contábeis das empresas do segmento de carnes e derivados da Brasil, Bolsa, Balcão (B3). No total, seis empresas estão listadas na B3 neste segmento, sendo que, destas, foram selecionadas quatro, por meio de amostra não probabilística e intencional, no período de 2010 a 2021. Esta pesquisa se classifica em quantitativa, descritiva e documental. Os dados da amostra foram analisados pela estatística descritiva (média, mediana e desvio-padrão), foi aplicada a Correção Monetária de Balanço (CMB), utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice inflacionário. Verificou-se o grau de correlação entre variáveis dependentes e a variável independente, utilizando o Coeficiente de Correlação do Produto dos Momentos de Pearson. Foram calculados indicadores financeiros, econômicos e patrimoniais, considerando os valores nominais e os valores corrigidos. Os achados da análise demonstraram que a não aplicação de correção monetária nas demonstrações contábeis das empresas da amostra está resultando em análises financeiras, econômicas e patrimoniais distorcidas. Além disso, concluiu-se que as empresas da amostra podem estar distribuindo lucros e pagando impostos a menor do que o efetivamente devido. Este estudo contribuiu para a identificação e análise dos efeitos econômico-financeiros e patrimoniais da não consideração da inflação na análise das demonstrações contábeis das empresas da amostra.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis. Correção Monetária. Inflação.

ABSTRACT

This study aimed to analyze financial-economic and equity impacts of not considering the Monetary Correction in the financial statements of companies of the meat and derivatives segment of the Brasil, Bolsa, Balcão (B3). In total, six companies are listed on the B3 in this segment, and, of these, four were selected by means of a non-probabilistic and intentional

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2021, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

** Graduanda do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (rostirollaluiza@gmail.com).

*** Orientadora. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (maria.ivanice@ufrgs.br).

sample, in the period from 2010 to 2021. This research is classified as quantitative, descriptive and documental. The sample data were analyzed by descriptive statistics (mean, median and standard deviation), the Balance Sheet Monetary Correction (CMB) was applied, using the Brazilian Wide Consumer Price Index (IPCA) as the inflationary index. The degree of correlation between dependent variables and the independent variable was verified using Pearson Product-Moments Correlation Coefficient. Financial, economic, and asset indicators were calculated, considering nominal and corrected values. The findings of the analysis showed that the non-application of monetary correction in the financial statements of the sample companies is resulting in distorted financial, economic and equity analyses. In addition, it was concluded that the companies in the sample may be distributing profits and paying taxes less than what is actually due. This study contributed to the identification and analysis of the economic-financial and equity effects of not considering inflation in the analysis of the financial statements of the sample companies.

Keywords: Financial Statements. Monetary Correction. Inflation.

1 INTRODUÇÃO

De maneira simplificada, inflação é o aumento generalizado nos preços de bens e serviços em um determinado período de tempo, resultando na perda de poder aquisitivo. Nos anos 1980 e 1990, ocorreu um período de hiperinflação no Brasil, que é caracterizado por, como o próprio nome sugere, níveis de inflação elevadíssimos. Neste intervalo de tempo, conforme com Silva e Malacrida (2020), a população via-se obrigada a gastar seus salários logo após o recebimento destes, visto que os efeitos da inflação eram sentidos diariamente, com remarcações de preços frequentes, ao passo que os salários não acompanhavam tais variações.

Em 1994, com a implementação do Plano Real, o Brasil começou a apresentar certa estabilidade financeira e econômica (GELINGER; VIER, 2015). Tal plano econômico representou, à época, o fim da Correção Monetária, do congelamento de preços e da inflação de dois dígitos. Em 1999, o país começou a adotar metas de inflação controladas pelo Banco Central do Brasil (BCB), tendo por instrumento a taxa Selic, taxa básica de juros da economia brasileira (BCB, 2015).

O governo extinguiu a Correção Monetária das demonstrações contábeis, que, até então, era obrigatória, pela Lei nº 9.249/95. Entretanto, tal decisão foi criticada por estudiosos, considerando que a Correção Monetária enriquecia as informações contábeis, e a sua extinção prejudica a qualidade destas (TAKAMATSU; LAMOUNIER, 2006; IUDÍCIBUS *et al.*, 2013). Para Iudícibus *et al.* (2013 p. 11), os efeitos acumulados da inflação são relevantes “[...] como é comprovado não só em inúmeros estudos profissionais e acadêmicos, como também em casos reais de empresas que continuaram divulgando demonstrações contábeis com correção integral, onde tais efeitos ficavam evidentes”.

Conforme comenta Kandir (1989), a inflação é um problema macroeconômico, decorrente de um crescimento sustentado do nível geral de preços de bens e serviços. Wessels (2003) afirma que este crescimento é contínuo. Vasconcellos e Garcia (2008) esclarecem que a inflação não pode ser confundida com altas esporádicas de preços, visto que estas justamente não são contínuas. Por um lado, há a inflação, significando um aumento nos preços. Por outro, existe a deflação, que diz respeito à queda dos preços. Apesar de, à primeira vista, deflação parecer algo benéfico para a sociedade, geralmente está relacionada à queda da atividade econômica, o que reflete na perda de poder de compra da população, pois, com a diminuição dos preços, as empresas têm menos lucro (BONA, 2020).

Nesse sentido, Iudícibus *et al.* (2013) pontuam que o reconhecimento dos efeitos inflacionários é útil para manter a comparabilidade das demonstrações contábeis ao longo do tempo, uma vez que estas são utilizadas como base para tomadas de decisão. Entretanto, de acordo com os autores, para serem úteis e servirem de alicerce para tal fim, devem representar de maneira precisa e fidedigna a real situação da entidade no período a que se referem, sendo passíveis de comparação a outros exercícios sociais. Estas demonstrações são voltadas para usuários externos e internos de maneira global, considerando suas necessidades e fins diversos. Martins, Dantas e Vasconcelos (2010) asseveram que o patrimônio e os resultados de uma entidade, bem como a evolução destes, interessam aos sócios e acionistas e às entidades públicas ou privadas que possuam qualquer interesse ou vínculo com esta entidade.

A Contabilidade, como fonte de informações econômico-financeiras das entidades com ou sem fins lucrativos, visa a expressar monetariamente os eventos ocorridos nestas e os efeitos destes em seu patrimônio (SANTOS; VARGAS, 2007). Em uma economia como a brasileira, com histórico de elevados níveis de inflação, surge o questionamento quanto à comparabilidade de demonstrações contábeis de exercícios anteriores, em valores históricos, com as demonstrações contábeis do exercício corrente, sem que seja considerado o efeito inflacionário.

Klann, Souza e Beuren (2007) verificaram que é importante que sejam considerados os efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis, mesmo que seja como informação complementar, dado que a legislação brasileira aboliu qualquer forma de atualização monetária das demonstrações contábeis. Fernandes e Marques (2006) destacam que alguns indicadores econômico-financeiros apresentaram diferenças relevantes ao aplicar variações monetárias no período de 1999 a 2003, o que pode vir a impactar negativamente o processo de tomada de decisão e de escrituração contábil.

Ainda que com a instauração do Plano Real em 1996, a inflação, se comparada com anos anteriores a este, tenha passado a apresentar certa estabilidade, não deixou de existir e continua se fazendo presente na economia brasileira, influenciando diretamente no poder de compra da população e no valor do dinheiro no tempo. No Brasil, existem diversos índices de preços, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) considerado o oficial pelo governo federal para medir a inflação do país.

A partir de meados de 2010, a inflação brasileira iniciou um processo de aceleração. Apesar de esse comportamento ter sido influenciado por fatores diversos, a trajetória dos alimentos vem contribuindo para a manutenção do IPCA em patamares pouco confortáveis (IPEA, 2016). Dentre os fatores que influenciam na evolução dos preços dos alimentos, pode-se citar a sazonalidade, os choques de oferta e demanda e o comportamento do dólar (D'OLIVEIRA, 2007).

Em 2021, em consonância com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA terminou o ano com uma alta acumulada de 10,06%, a maior desde 2015, quando foi de 10,67%. O grupo de Alimentação e Bebidas, por sua vez, terminou o ano com IPCA acumulado de 7,93%. Em 2020, o grupo provocou o maior impacto no índice, ao disparar 14,11% no ano.

De acordo com o contexto apresentado, este estudo tem por questão problema: *quais os impactos econômico-financeiros e patrimoniais da não consideração da Correção Monetária nas demonstrações contábeis das empresas do segmento de carnes e derivados listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3)?* Para tanto, tem-se por objetivo geral analisar os impactos econômico-financeiros e patrimoniais da não consideração da Correção Monetária nas demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2010 a 2021 das empresas do segmento de carnes e derivados de capital aberto listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

Os objetivos específicos da pesquisa são: i) analisar o efeito dos ganhos/perdas inflacionários não reconhecidos nos principais indicadores econômico-financeiros e patrimoniais; ii) verificar a influência da inflação no Patrimônio Líquido e Ativo Não Circulante das empresas e iii) identificar o impacto da não correção nos tributos e na distribuição de lucros.

Em 2020, em meio à pandemia do Novo Coronavírus, o número de investidores pessoas físicas cadastrados na B3 atingiu a marca de 3,2 milhões de contas. Em relação a 2019, quando o número era de 1,6 milhão, houve um aumento de 82,37% (B3, 2021). Com um maior número de potenciais investidores interessados nas informações financeiras referentes às companhias para decidir sobre seus investimentos, este é um momento oportuno para verificar os impactos de serem considerados efeitos inflacionários na análise das demonstrações contábeis.

Na mesma linha, é importante que estas análises resultem em um reconhecimento da real situação econômico-financeira da empresa ao longo dos anos, indicando se ela está em processo de desenvolvimento, de aprimoramento, ou se encontra em estagnação, de maneira que pode não ser capaz de gerar valor aos acionistas. Assim sendo, encontra-se a relevância do estudo, que é o de identificar os efeitos que a inflação pode causar nas demonstrações contábeis e auxiliar na elucidação dos usuários da informação contábil.

A Contabilidade, enquanto ciência social aplicada, está em constante evolução. Nesse sentido, o estudo contribui para os conhecimentos contábeis no que tange à análise das demonstrações contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são apresentadas as fundamentações teóricas do estudo, contemplando a Teoria da Evidenciação, os Indicadores Econômico-financeiros e a Inflação e a Correção Monetária, além de outros estudos relacionados.

2.1 TEORIA DA EVIDENCIAÇÃO (*DISCLOSURE*)

Niyama e Gomes (1996) apontam que o *disclosure* está relacionado à qualidade das informações econômico-financeiras reportadas por uma entidade. Consoante com os autores, essas informações devem ser úteis aos usuários das demonstrações contábeis, de maneira a influenciar o processo decisório, que está relacionado ao acompanhamento da situação patrimonial da entidade a partir de informações passadas e das expectativas para o futuro.

Alguns autores consideram que a tradução para a língua portuguesa da palavra *disclosure* poderia ser evidenciação ou divulgação. Enquanto alguns utilizam ambas como sinônimas, outros apontam diferenças nos conceitos. Para Dantas *et al.* (2005), o conceito de evidenciação (*disclosure*) vai além do conceito de divulgação, considerando que a evidenciação é a divulgação apropriada.

Schmidt (2018) entende que a governança corporativa é um conjunto de práticas que visam à proteção dos agentes externos, mediante a implantação de medidas de controle nas organizações. As práticas de governança comparativa devem atender a quatro princípios básicos: transparência, equidade, *accountability* e responsabilidade corporativa (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC, 2015).

Fica claro que a evidenciação e a governança corporativa estão relacionadas. Dantas *et al.* (2005) apontam que o *disclosure* é um componente essencial do processo de governança corporativa, pela transparência agregada à gestão. Com base no exposto, a análise dos efeitos causados pela Correção Monetária nas demonstrações contábeis se torna relevante, à medida

que pode impactar na qualidade das informações contábeis, o que influencia diretamente o processo decisório dos usuários destas.

2.2 INFLAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA

O Dicionário Online Português (2021, p. 1) define que o conceito de inflação está ligado a um “aumento geral, sistemático e contínuo dos preços que, juntamente com a diminuição do poder aquisitivo da população, provoca uma enorme desvalorização do dinheiro”. Para Assaf Neto (2009), o processo inflacionário pode ser definido como uma elevação generalizada dos preços dos vários bens e serviços existentes em uma economia.

Logo, a inflação é um fenômeno econômico no qual há uma alta persistente e generalizada dos preços de produtos e serviços que afeta a Economia de um país como um todo. Não se refere ao aumento do preço de um ou de outro bem em específico, mas, sim, ao aumento do índice geral de preços, calculado pela média ponderada de todos os preços. Além disso, não pode ser confundida com meras oscilações de preços, o que é corriqueiro e apenas reflete os movimentos naturais do mercado, que se ajusta conforme a oferta e a demanda (GELINGER; VIER, 2015). Quando a taxa de inflação apresenta altas, a população em geral terá uma perda de poder aquisitivo, visto que terá que desembolsar um valor maior para adquirir os mesmos produtos que consumia antes (SANTOS; VARGAS, 2007).

A inflação no Brasil é medida pelos chamados índices de preços ou índices de inflação. Os principais são o IPCA, sendo este considerado o oficial pelo governo federal, e o INPC, Índice Nacional de Preços ao Consumidor. De acordo com o IBGE (2018), a principal diferença entre eles está no fato de que o IPCA engloba uma parcela maior da população, verificando a variação do custo de vida médio de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários-mínimos, daí o termo ‘amplo’. O INPC, por sua vez, engloba apenas famílias com renda mensal de 1 a 5 salários-mínimos, sendo que estes grupos são mais sensíveis às variações de preços, pois tendem a gastar todo o seu rendimento em itens básicos, como alimentação, medicamento e transporte (IBGE, 2018).

Lacerda *et al.* (2010) expõe que, nos anos 1980, período referenciado como “a década perdida”, a economia brasileira enfrentou grandes desequilíbrios internos e externos, causados por fatores como a alta dívida externa, o declínio do Produto Interno Bruto (PIB) e os altos níveis que a taxa de inflação vinha apresentando, o que resultou, no final de 1989, numa hiperinflação. A hiperinflação é caracterizada por crescimento da taxa de inflação ao longo do tempo, atingindo valores extremamente elevados, e pelo crescimento do estoque nominal de moeda, sendo que a inflação cresce a uma taxa maior do que o estoque de moeda, com a quantidade real de moeda diminuindo e tendendo para um valor bastante pequeno ao longo do processo (BARBOSA, 1997).

Para preservar a qualidade das informações contábeis, apesar da deterioração da moeda, utilizava-se a Correção Monetária (MELO *et al.*, 2012). A Correção Monetária das demonstrações contábeis foi implementada no Brasil, de forma facultativa, com o Decreto-Lei nº 5.844/43, e tornou-se obrigatória com a Lei nº 4.357/64, a qual previa apenas a Correção Monetária do ativo imobilizado, com contrapartida em reserva (GERON, 2008). A Lei nº 6.404/76, em seu art. 185, havia determinado que fossem considerados os efeitos das alterações do poder de compra da moeda nacional sobre o custo de aquisição dos elementos do Ativo Permanente (antiga denominação do Ativo Não Circulante, alterada pela Lei Nº 11.941/2009) e os saldos das contas do Patrimônio Líquido, sendo que o registro dos ajustes da Correção Monetária de Balanço (CMB) comporia o Resultado do Exercício. A obrigatoriedade do ponto de vista fiscal, por sua vez, foi efetivada com o Decreto-Lei nº 1.598/77, ficando as pessoas jurídicas sujeitas à tributação com base no Lucro Real obrigadas

a adotar a Correção Monetária conforme a legislação societária (IUDÍCIBUS, 2013). O Decreto-lei, em seu art. 18, dispôs sobre a contrapartida das variações monetárias, que deveria ser computada no resultado operacional.

Sarquis *et al.* (2020) ensinam que a CMB, aplicada sobre o Ativo Não Circulante e o Patrimônio Líquido, com efeitos no Resultado do Exercício, pode ser apurada pelas fórmulas apresentadas no Quadro 1. Salienta-se que os autores utilizaram a antiga denominação de Ativo Permanente, sendo adequada neste estudo para a vigente pelas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Quadro 1 - Apuração dos efeitos inflacionários no Ativo, Patrimônio Líquido e Resultado do Período

Variável	Descrição	Fórmula
Imob_bruto_c	Imobilizado bruto corrigido	$(\text{imob_Saldo Inicial} \times \text{inflação_ano}) + (\text{variações_imob} \times \text{inflação_média})$
depreciação_c	Depreciação acumulada corrigida	$(\text{deprec_acum_nominal/imob_bruto_nominal}) \times \text{imob_bruto_c}$
Intang_bruto_c	Intangível bruto corrigido	$(\text{intang_Saldo Inicial} \times \text{inflação_ano}) + (\text{variações_intang} \times \text{inflação_média})$
amortização_c	Amortização acumulada corrigida	$(\text{amort_acum_nominal/intang_bruto_nominal}) \times \text{intang_bruto_c}$
ativo_não_circulante_c	Ativo não circulante corrigido	$(\text{Imob_bruto_c} - \text{depreciação_c}) + (\text{Intang_bruto_c} - \text{amortização_c})$
CMB	Conta de CMB	Correção do ativo_não_circulante – Correção do PL
resultado_c	Resultado corrigido do período	Resultado c do período + CMB
ativo_c	Ativo total corrigido	ativo_não_circulante_c + demais ativos
PL_c	Patrimônio Líquido corrigido	ativo_c – demais Passivos

Fonte: Sarquis *et al.*, 2020.

A CMB, entretanto, possuía algumas restrições, pelo fato de não reconhecer o efeito inflacionário sobre itens não monetários classificados fora do Ativo Não Circulante, como os estoques (MELO *et al.*, 2012). Com o objetivo de superar estas limitações, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a partir da Instrução nº 64, de 19 de maio de 1987, passou a exigir, para todas as companhias abertas, a Correção Monetária Integral (CMI) como informação complementar. Desta forma, as demonstrações contábeis complementares deveriam ser publicadas considerando os valores em moeda constante, em que todos os itens classificados como não monetários passariam a ser ajustados.

Com a implementação do Plano Real, em 1994, iniciou-se um período de maior estabilidade monetária e inflacionária. Com isso, em 1995, pela promulgação da Lei nº 9.249, em seu art. 4º, foi vedado o uso de qualquer sistema de Correção Monetária nas demonstrações contábeis, tanto a CMB como a CMI, inclusive para fins societários, a partir de 1º de janeiro de 1996. Martins, Dantas e Vasconcelos (2010) entendem que a promulgação desta lei promoveu questionamentos entre estudiosos e pesquisadores quanto ao prejuízo que esta traria para a qualidade das informações contábeis.

A Instrução nº 248, da CVM, publicada em 1996, facultou às empresas de capital aberto a elaboração e divulgação, em notas explicativas, de demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante. Tal Instrução, entretanto, foi revogada pela Resolução CVM nº 2, em agosto de 2020.

2.3 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Padoveze e Benedicto (2010) expõem que a análise das demonstrações contábeis objetiva a indicação de informações numéricas, preferencialmente de dois ou mais exercícios sociais, a fim de auxiliar gestores, acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras,

governo, investidores e outras pessoas interessadas em conhecer a situação econômica, financeira e patrimonial da empresa. Para realizar a análise das demonstrações contábeis, é necessário que sejam seguidos alguns procedimentos, sendo: coleta de dados, conferência, preparação, processamento, análises e conclusão (SILVA, 2010).

Para Palepu, Healy e Bernard (2004), *valuation* é o processo de valoração de uma empresa, elaborado com a finalidade de estimar o seu real valor, o valor justo. No conceito de *valuation*, a análise fundamentalista, ou seja, a análise das demonstrações contábeis, é um componente central para a tomada de decisões pelos usuários das informações contábeis. Nesse sentido, a utilização de índices econômico-financeiros permite aos usuários da informação extrair resultados e comparar informações presentes com eventos passados ou prevenir eventos futuros (ASSAF NETO, 2020).

Os indicadores financeiros são calculados com base nos índices de liquidez, endividamento e estrutura de capital, com o objetivo de demonstrar a situação de caixa e fluxo financeiro das empresas, além de evidenciar a capacidade de manutenção e geração de caixa. Indicadores de liquidez buscam avaliar a situação financeira das entidades, por meio do confronto de ativos realizáveis e passivos exigíveis, em diferentes níveis. O indicador de caráter mais abrangente, nesse sentido, é o índice de liquidez geral, o qual analisa a capacidade de pagamento das empresas de forma ampla, em curto e longo prazos (ASSAF NETO, 2020). Indicadores de estrutura de capital visam a identificar o modo pelo qual estão compostas as fontes de financiamento da entidade, bem como a maneira pela qual ocorrem as aplicações de recursos oriundos de tais fontes. Um dos principais indicadores de estrutura de capital consiste na participação de capitais de terceiros, que identifica o percentual de endividamento da entidade em relação aos seus capitais próprios (ASSAF NETO, 2020).

A análise de lucratividade e rentabilidade tem por foco a avaliação do desempenho econômico das companhias, ou seja, a capacidade de geração de resultados a partir dos investimentos associados, de modo que possa ser examinada a atratividade dos investimentos. A lucratividade está vinculada ao exame da relação entre os resultados gerados e as receitas totais obtidas – margens –, enquanto que a rentabilidade se volta ao estudo dos resultados em relação aos investimentos realizados para sua consecução – retornos.

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

Em referência a alguns estudos com objetivos similares, Sarquis *et al.* (2020) realizaram pesquisa a fim de estudar o impacto do não reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis por meio da análise de indicadores de rentabilidade, grau de alavancagem financeira, custo da dívida e capacidade de distribuição de lucros das empresas do mercado brasileiro, produzindo adicionalmente simulação mostrando o relevante efeito da inflação. Para evidenciar erros danosos mesmo em períodos de “baixa” inflação, utilizou-se o modelo de CMB, utilizado oficialmente até 1995 para reconhecer os efeitos inflacionários nas demonstrações de uma amostra de 53 empresas, 48 não financeiras e 5 financeiras da base de dados da Melhores & Maiores no período de 2010 a 2016. O índice de inflação adotado foi o IPCA. Os resultados evidenciaram diferenças médias muito materiais entre os valores corrigidos e nominais de 59% no Retorno Sobre o Ativo (ROA) e de 44% no Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Em relação ao custo da dívida e ao Grau de Alavancagem Financeira (GAF), assuntos pioneiramente tratados na literatura, essas diferenças são de expressivos 88% e 117%, respectivamente. Por fim, verificou-se que 75% (40 em 53) das empresas está distribuindo lucros maiores do que seria distribuído pelas demonstrações corrigidas e algumas, menores.

Na mesma linha, Ambrozini, Bonacim e Assaf Neto (2008) realizaram estudos a fim de verificar o impacto do fim da correção monetário no resultado das companhias brasileiras de capital aberto e na distribuição de dividendos, por meio de um estudo empírico no período Pós-Plano Real. Foram coletadas as demonstrações contábeis do período de 1996 a 2004, de todas as empresas não financeiras de capital aberto listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3. Aplicou-se a Correção Monetária de Balanço, de acordo com a metodologia prevista na legislação brasileira, utilizando o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas (IGP-DI/FGV). Os resultados obtidos com base no Teste de Diferença de Médias para Observações Emparelhadas e no Teste de Postos com Sinais de Wilcoxon para Pares Combinados demonstraram que a desconsideração dos efeitos inflacionários distorceu o lucro das 255 empresas da amostra com um nível de confiança de 99%. As análises do índice de correlação de Pearson evidenciaram que os setores que mais ganharam com a inflação foram aqueles que mais distribuíram dividendos aos acionistas, e os setores que mais perderam com a corrosão do poder aquisitivo da moeda foram os que menos tiveram capacidade de distribuir lucro.

Melo *et al.* (2012) realizaram uma pesquisa com o objetivo de investigar o efeito do não reconhecimento da inflação nas empresas de distribuição do setor de energia elétrica, mais especificamente no ativo imobilizado, no Patrimônio Líquido, no Resultado do Exercício e no ROE (*Return on Equity*). O índice inflacionário usado para o cálculo foi o IPCA. Foi evidenciada a magnitude percentual das diferenças em 2009 e verificado, mediante testes estatísticos, que os valores históricos e nominais eram significativamente diferentes dos valores corrigidos. Com as constatações do estudo, ressaltaram que as demonstrações contábeis das empresas de distribuição de energia elétrica expressas sem Correção Monetária exibiram valores incompletos e distorcidos e apontaram um dos prováveis motivos pelo qual os valores históricos dos ativos imobilizados não eram considerados para determinar as tarifas.

Este estudo diferencia-se dos demais por analisar aspectos observados separadamente nos estudos relacionados, acima descritos, em um único artigo. Sarquis *et al.* (2020) analisaram indicadores de rentabilidade, grau de alavancagem financeira, custo da dívida e capacidade de distribuição de lucros, Ambrozini, Bonacim e Assaf Neto (2008) o resultado e a distribuição de dividendos das empresas, enquanto Melo *et al.* (2012) investigaram o ativo imobilizado, o Patrimônio Líquido, o Resultado do Exercício e o ROE. Diverge das demais a população desta pesquisa, bem como o período de análise, uma vez que o estudo anterior mais recente analisou até 2016.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos deste estudo, contemplando Classificação da Pesquisa, População e Amostra, Dados e Tratamento dos Dados e Técnica de Análise.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Para Fonseca (2002, p. 20), “[...] diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados”, ele também complementa, que “a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.”. Portanto, no que tange à forma de abordagem do problema, este estudo é caracterizado como uma pesquisa quantitativa, porque analisa quantitativamente os

efeitos causados pelo não reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras.

Quanto aos objetivos, pode-se definir este estudo como uma pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Com relação aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa é documental. Segundo Gil (2002), a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, tendo como principal diferença a natureza das fontes: a bibliográfica se utiliza das considerações de diversos autores sobre determinado assunto, enquanto a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população desta pesquisa consiste nas empresas brasileiras do segmento de carnes e derivados com ações negociadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), que em dezembro de 2021 representam 6 empresas (B3, 2021). A escolha da população deu-se em razão de o grupo Alimentação e Bebidas ter influência significativa no IPCA, tendo apresentado índice acumulado de 7,93% em 2021, com peso no índice de 20,69. A amostra não probabilística, intencional (BEUREN *et al.*, 2008), foi selecionada pelos critérios de ser das companhias: i) em atividade em todo o período de análise; ii) que se encontram na base de dados da plataforma FactSet e/ou da CVM em março de 2022; e iii) que contêm todas as variáveis do estudo. A amostra resultante foi de 4 empresas, conforme apresentado no Tabela 1.

Tabela 1 - População e Amostra

POPULAÇÃO	AMOSTRA	CNPJ
BRF S.A.	BRF S.A.	01.838.723/0001-27
Excelsior Alimentos S.A.	Excelsior Alimentos S.A.	95.426.862/0001-97
JBS S.A.	-	02.916.265/0001-60
Marfrig Global Foods S.A.	Marfrig Global Foods S.A.	03.853.896/0001-40
Minerva S.A.	Minerva S.A.	67.620.377/0001-14
Minupar Participações S.A.	-	90.076.886/0001-40

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos em B3 (2021).

As empresas JBS S.A. e Minupar Participações S.A. foram excluídas da amostra por não terem apresentado suas Demonstrações Contábeis referentes a 2021 até o dia 19 de março de 2022, data de coleta dos dados.

3.3 DADOS E TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados da pesquisa são os saldos contábeis de: i) Ativo Circulante e Não Circulante; ii) Passivo Circulante e Não Circulante; iii) Ativo Realizável a Longo Prazo; iv) Estoques; v) Caixa e Equivalentes de Caixa; vi) Resultado do Exercício; e vii) Receita Líquida e o IPCA. Os dados contábeis foram coletados na base de dados da plataforma FactSet e no *site* da CVM, no período de 2009 a 2021. Os dados do IPCA foram coletados no *site* do IBGE, para o período de 2010 a 2021.

O período temporal justifica-se pelo fato de que já existem estudos relacionados para períodos anteriores a 2010, sendo que neste ano houve a adoção completa das Normas

Internacionais de Contabilidade (IFRS) no Brasil. Além disso, a inflação nos últimos dois anos da pesquisa, 2020 e 2021, teve alta acentuada em razão da pandemia do Corona Vírus. Com a delimitação do período, é inevitável que os valores absolutos sejam afetados, em virtude não terem sido considerados os efeitos inflacionários no período de 1996 a 2009, o que não afeta, porém, os procedimentos adotados pela pesquisa.

A partir dos dados coletados, foram estruturadas as variáveis da pesquisa apresentadas no Quadro 2, contemplando a forma de apuração e a fundamentação teórica.

Quadro 2 - Variáveis da Pesquisa

Tipo	Variável	Forma de apuração	Autores
Dependentes	Imobilizado Corrigido	$(SI \text{ Imob} \times IPCA \ t) + (\text{mov Imob} \times \text{metade IPCA em t})$	Sarquis <i>et al.</i> (2020)
	Intangível Corrigido	$(SI \text{ Int} \times IPCA \ t) + (\text{mov Int} \times \text{metade IPCA em t})$	Sarquis <i>et al.</i> (2020)
	PL Corrigido (Sem RE)	$((SI \text{ PL} - RE) \times IPCA \ t) + ((\text{mov PL} - RE) \times \text{metade IPCA em t})$	Sarquis <i>et al.</i> (2020)
	Receita Imobilizado Corrigido	Imob corrig - Imob nom - Rec Imob Corrigido Anos Ant	Sarquis <i>et al.</i> (2020)
	Receita Intangível Corrigido	Int corrig - Int nom - Rec Int Corrigido Anos Ant	Sarquis <i>et al.</i> (2020)
	Despesa PL Corrigido	PL corrig - PL nom - Desp PL Corrig Anos Ant	Sarquis <i>et al.</i> (2020)
	Resultado de CMB	Rec Imob Corrig + Rec Int Corrig - Desp PL Corrig	Sarquis <i>et al.</i> (2020)
	Resultado do Exercício Corrigido	RE nom + Resultado CMB	Gabriel, Assaf Neto, Corrar (2005) Sarquis <i>et al.</i> (2020)
	Saldo Ativo NC Corrigido	ANC nom - Imob e Int nom + Imob e Int corrig	Sarquis <i>et al.</i> (2020)
	Saldo PL Corrigido (Sem RE)	PL corrig + Resultado CMB Anos Ant	Sarquis <i>et al.</i> (2020)
	Saldo PL Corrigido (Com RE)	PL corrig + Resultado CMB Anos Ant + RE Corrig	Gabriel, Assaf Neto, Corrar (2005) Melo <i>et al.</i> (2012) Sarquis <i>et al.</i> (2020)
	Liquidez Geral	$(\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$	
	Liquidez Seca	$(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}) / \text{Passivo Circulante}$	
	Participação de Capital de Terceiros	$(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Ativo Total}$	
	Participação do Capital Próprio	Patrimônio Líquido / Ativo Total	
	Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	$\text{Ativo Não Circulante} / \text{Patrimônio Líquido} \times 100$	
	Margem Líquida	$\text{Lucro Líquido} / \text{Vendas} \times 100$	
	ROE	$\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido} \times 100$	Gabriel, Assaf Neto, Corrar (2005) Melo <i>et al.</i> (2012) Sarquis <i>et al.</i> (2020)
ROA	$\text{Lucro Líquido} / \text{Ativo Total} \times 100$	Sarquis <i>et al.</i> (2020)	
Independentes	IPCA		Melo <i>et al.</i> (2012) Sarquis <i>et al.</i> (2020)

Nota: SI = saldo inicial; Mov = movimentação da conta, entre t e $t - 1$; Imob = Ativo Imobilizado; Int = Ativo Intangível; PL = Patrimônio Líquido; RE = Resultado do Exercício; Corrig = corrigido; Nom = nominal; Rec = receita; Desp = despesa; CMB = Correção Monetária de Balanço; e ANC = Ativo Não Circulante.

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2022).

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE

Inicialmente, os dados foram analisados pela estatística descritiva, utilizando-se medidas de tendência central ou de posição (média e mediana) e medidas de dispersão (desvio padrão), em conformidade com Bussab e Morettin (2017). No tocante à correlação entre as variáveis da pesquisa, foi utilizado o Coeficiente de Correlação Linear r , também chamado de Coeficiente de Correlação do Produto dos Momentos de Pearson, que mede o grau de correlação entre as variáveis, sendo representado por valores situados entre -1 e 1. Se o resultado estiver muito próximo de 0, conclui-se que não há correlação significativa entre as variáveis, mas, se estiver perto de -1 ou 1, pode-se concluir que existe uma correlação significativa negativa ou positiva, respectivamente (TRIOLA, 2005, p. 385).

Os procedimentos para Correção Monetária foram aplicados com base na metodologia adotada por Sarquis *et al.* (2020) e na Lei nº 6.404 (BRASIL, 1976). Esta previa a correção sobre o custo de aquisição dos elementos do Ativo Imobilizado e do Intangível (na época denominado de Ativo Permanente) e os saldos das contas de Patrimônio Líquido, com as contrapartidas dos ajustes de Correção Monetária de Balanço reconhecidos no resultado do período. Dessa forma, o procedimento adotado no estudo foi: ocorrendo aumento no ativo, o reconhecimento gera uma receita de Correção Monetária, e uma diminuição do ativo acarreta uma despesa de Correção Monetária, ambas integrantes do resultado do período. Por outro lado, o aumento do Passivo resulta em uma despesa, e a sua diminuição, em uma receita de Correção Monetária.

A Correção Monetária foi calculada, inicialmente em 2010, tendo como base o saldo inicial deste ano, ou seja, o saldo final de 2009. Neste primeiro momento, foi aplicado o IPCA acumulado de 12 meses em dezembro de 2010, sobre o saldo final em $t - 1$. Na sequência, aplicou-se o índice acumulado de 12 meses ao final de cada período (t), sobre o saldo final ajustado em $t-1$, e subtraído o valor reconhecido nos Balanços Patrimoniais publicados, para obter apenas o resultado da Correção Monetária. Este procedimento metodológico foi utilizado para obtenção dos saldos iniciais de cada período.

A respeito das movimentações anuais no Ativo Imobilizado, no Ativo Intangível e no Patrimônio Líquido, estas foram atualizadas pela metade da inflação do período, em função das limitações quanto às datas de cada fato gerador. Em razão de limitações na obtenção de valores acumulados de depreciações e amortizações anuais, estas não foram analisadas e corrigidas separadas aos saldos de Ativo Imobilizado e Ativo Intangível, respectivamente, absorvendo os efeitos da Correção Monetária quando da correção destas contas. O resultado do período ajustado é resultante do Resultado do Exercício somado ao resultado de Correção Monetária, obtido pela diferença entre as receitas e as despesas de correção apurada no estudo.

Os indicadores econômico-financeiros e patrimoniais, por sua vez, foram calculados de acordo com a fundamentação teórica, categorizados em indicadores financeiros, patrimoniais e econômicos, apresentados sem e com aplicação da Correção Monetária de Balanço. A apresentação dos resultados deu-se por meio da variação percentual existente entre os indicadores nominais e os indicadores corrigidos, para cada ano, à exceção dos indicadores econômicos, para os quais foi demonstrada a diferença em pontos percentuais entre as variáveis.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

Na Tabela 2, estão apresentados os resultados da estatística descritiva dos dados, contemplando a média, a mediana e o desvio padrão dos dados anuais de todas as empresas para cada conta que sofre variações em função da Correção Monetária de Balanço, bem como as variações dos saldos das contas e o IPCA.

Tabela 2 - Estatística Descritiva dos dados da Amostra no período de 2010 a 2021

	IMOB (R\$ milhões)		INTANG (R\$ milhões)		PL (R\$ milhões)		RE (R\$ milhões)		IPCA
		Δ %		Δ %		Δ %		Δ %	
MÉDIA									
2010	4.341,4	-	2.154,0	-	4.546,9	-	242,3	-	5,91%
2011	4.655,9	7,24	2.270,2	5,40	4.582,4	0,78	165,6	-31,68	6,50%
2012	5.084,3	9,20	2.312,6	1,87	4.910,9	7,17	34,1	-79,40	5,84%
2013	4.393,8	-	1.998,8	-	4.568,9	-6,96	(10,2)	-129,84	5,91%
2014	4.413,9	0,46	1.992,6	-0,31	4.566,6	-0,05	251,5	-	6,41%
2015	4.540,5	2,87	2.070,9	3,93	3.581,3	-21,58	256,8	2,11	10,67%
2016	4.732,4	4,23	2.526,0	21,97	3.469,1	-3,13	(211,2)	-182,22	6,29%
2017	5.277,7	11,52	2.691,7	6,56	3.615,0	4,21	(448,2)	112,23	2,95%
2018	5.150,1	-2,42	3.069,3	14,03	2.822,8	-21,91	(1.210,9)	170,21	3,75%
2019	5.868,2	13,94	3.082,5	0,43	2.428,7	-13,96	721,7	-159,60	4,31%
2020	6.420,9	9,42	3.495,5	13,40	3.314,9	36,49	1.665,4	130,76	4,52%
2021	7.229,1	12,59	3.727,3	6,63	3.787,6	14,26	1.944,1	16,74	10,06%
MEDIANA									
2010	3.956,9	-	2.184,3	-	2.274,5	-	84,5	-	5,91%
2011	4.214,8	7,24	2.347,3	5,40	2.107,8	0,78	21,9	-31,68	6,50%
2012	4.614,6	9,20	2.249,4	1,87	2.529,7	7,17	(97,4)	-79,40	5,84%
2013	3.087,0	-	1.618,6	-	1.781,3	-6,96	(152,3)	-129,84	5,91%
2014	3.450,3	0,46	1.820,8	-0,31	1.276,1	-0,05	(204,3)	-	6,41%
2015	3.231,2	2,87	1.636,3	3,93	436,0	-21,58	(397,2)	2,11	10,67%
2016	3.120,3	4,23	1.715,6	21,97	811,4	-3,13	(179,8)	-182,22	6,29%
2017	3.994,3	11,52	1.784,5	6,56	1.352,9	4,21	(351,6)	112,23	2,95%
2018	4.405,9	-2,42	2.860,1	14,03	2.030,4	-21,91	(1.377,1)	170,21	3,75%
2019	5.036,9	13,94	2.798,0	0,43	924,0	-13,96	644,2	-159,60	4,31%
2020	6.092,7	9,42	2.998,2	13,40	2.177,1	36,49	1.053,6	130,76	4,52%
2021	7.186,9	12,59	3.489,0	6,63	3.112,9	14,26	561,5	16,74	10,06%
DESVIO PADRÃO									
2010	4.589,7	-	2.383,4	-	6.314,5	-	380,8	-	5,91%
2011	4.891,9	7,24	2.429,3	5,40	6.517,2	0,78	878,1	-31,68	6,50%
2012	5.336,6	9,20	2.446,0	1,87	6.710,6	7,17	562,2	-79,40	5,84%
2013	5.096,6	-	2.216,8	-	6.889,6	-6,96	791,9	-129,84	5,91%
2014	4.717,0	0,46	2.024,0	-0,31	7.467,3	-0,05	1.290,9	-	6,41%
2015	5.078,2	2,87	2.261,7	3,93	6.855,3	-21,58	1.855,9	2,11	10,67%
2016	5.538,5	4,23	3.016,9	21,97	5.849,7	-3,13	390,3	-182,22	6,29%
2017	5.551,1	11,52	3.237,1	6,56	5.533,7	4,21	469,6	112,23	2,95%
2018	4.910,9	-2,42	3.214,4	14,03	3.698,6	-21,91	887,1	170,21	3,75%
2019	5.638,5	13,94	3.261,0	0,43	3.917,5	-13,96	819,0	-159,60	4,31%
2020	5.705,5	9,42	3.774,8	13,40	3.949,2	36,49	1.992,5	130,76	4,52%

2021	6.239,8	12,59	3.908,9	6,63	4.162,9	14,26	3.145,9	16,74	10,06%
------	---------	-------	---------	------	---------	-------	---------	-------	--------

Fonte: elaborada com base nos dados da amostra (2022).

Nota: Imob = Ativo Imobilizado; Intang = Ativo Intangível; PL = Patrimônio Líquido; RE = Resultado do Exercício

É possível perceber, pelos dados apresentados, que a amostra do estudo é heterogênea, tendo em vista os valores de desvio padrão, para todos os anos e contas. Destaca-se, no Ativo Imobilizado, o ano de 2021, em que a BRF S.A. apresentou o maior valor, de R\$14,5 bilhões de reais, enquanto a Excelsior Alimentos S.A. o menor, detendo R\$87,3 milhões em imobilizado. A discrepância entre as grandezas faz com que o desvio padrão seja de R\$6,2 bilhões.

Quanto ao Ativo Intangível, observa-se que, para o mesmo ano, 2021, a conta apresentou a maior dispersão. No caso, a Marfrig Global Foods S.A. reportou R\$7,9 bilhões em Intangível, enquanto a Excelsior Alimentos S.A. apenas R\$46 mil. O desvio padrão para esta conta neste ano foi de R\$3,9 bilhões.

No período de 2012 a 2018, a mediana do Resultado do Exercício foi negativa, em razão de as empresas Minerva S.A., Marfrig Global Foods S.A. e BRF S.A. terem apresentado prejuízo, sendo: a primeira, com lucro apenas em 2016; a segunda, em todo o período, e a última de 2016 a 2018. Tendo em vista o porte da empresa Excelsior Alimentos S.A., com menor volume de operações, apesar de ter apresentado lucro em todos os anos desse período, não influencia significativamente nas medidas estatísticas. Salienta-se que as variações apresentadas para o Resultado do Exercício devem ser analisadas em conjunto com os valores absolutos, considerando que nos anos de lucro antecedido por prejuízo a variação fica negativa, como é o caso de 2014 e 2019, podendo parecer que o resultado piorou, quando na verdade melhorou.

O desvio padrão do Patrimônio Líquido nos anos de 2013 a 2015 apresentou os maiores valores do período. A Marfrig Global Foods S.A. diminuiu consideravelmente o saldo desta conta nestes anos, passando de R\$3,1 bilhões em 2013 para R\$843 milhões em 2015, afetado principalmente pelos prejuízos ao longo destes anos. A Minerva S.A., por sua vez, em 2015, apresentou Patrimônio Líquido negativo em R\$383 milhões, corroído pelo prejuízo de R\$800 milhões para este ano.

4.2 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO DE PEARSON

A fim de analisar a correlação existente entre os valores corrigidos e o IPCA, utilizou-se o Coeficiente de Correlação do Produto dos Momentos de Pearson. Com base nos valores nominais e corrigidos, pela média de todas as empresas da amostra, e no IPCA acumulado para cada ano, obteve-se os resultados em relação ao Ativo Imobilizado, Ativo Intangível e Patrimônio Líquido, expostos na Tabela 3 e nas Figuras 1, 2 e 3.

Tabela 3 – Cálculos de Correlação do Imobilizado Nominal e Corrigido, Intangível Nominal e Corrigido e Patrimônio Líquido Nominal e Corrigido, com relação ao IPCA Acumulado

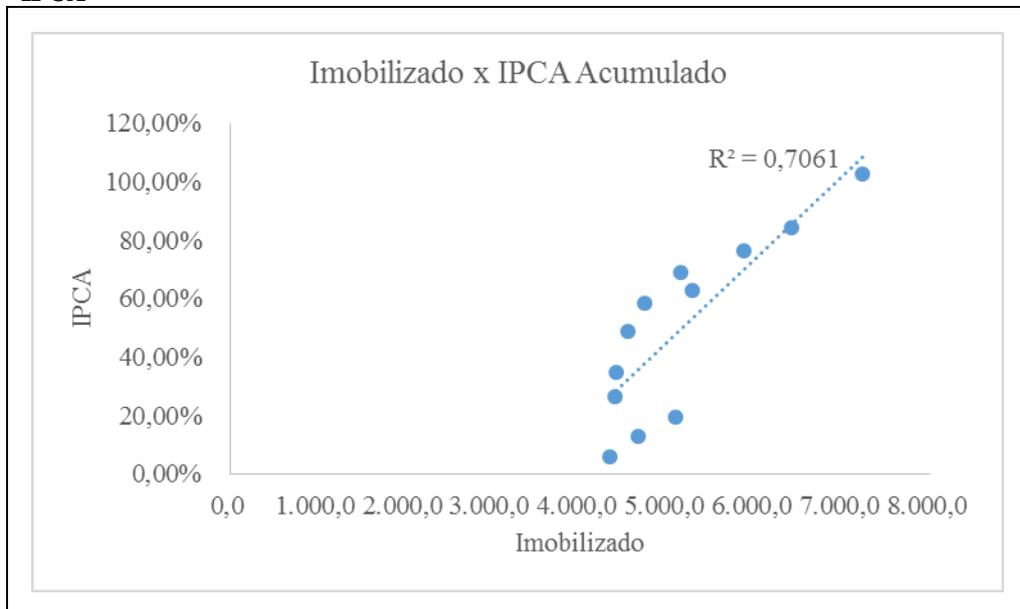
	IMOB (R\$ milhões)	INTANG (R\$ milhões)	PL (R\$ milhões)	IMOB CORRIG (R\$ milhões)	INTANG CORRIG (R\$ milhões)	PL CORRIG (R\$ milhões)	IPCA ACUM
2010	4.341,4	2.154,0	4.546,9	4.561,8	2.254,4	4.867,7	5,91%
2011	4.655,9	2.270,2	4.582,4	5.183,0	2.521,0	5.360,3	12,79%
2012	5.084,3	2.312,6	4.910,9	5.926,6	2.711,9	6.152,5	19,38%
2013	4.393,8	1.998,8	4.568,9	5.566,0	2.549,0	6.291,3	26,44%
2014	4.413,9	1.992,6	4.566,6	5.943,4	2.706,0	6.809,6	34,54%
2015	4.540,5	2.070,9	3.581,3	6.711,0	3.077,3	6.758,1	48,90%
2016	4.732,4	2.526,0	3.469,1	7.331,1	3.740,2	7.282,0	58,26%
2017	5.277,7	2.691,7	3.615,0	8.100,7	4.018,7	7.765,0	62,93%
2018	5.150,1	3.069,3	2.822,8	8.274,4	4.554,1	7.432,0	69,04%
2019	5.868,2	3.082,5	2.428,7	9.364,6	4.763,9	7.606,5	76,33%
2020	6.420,9	3.495,5	3.314,9	10.353,1	5.401,5	9.153,1	84,30%
2021	7.229,1	3.727,3	3.787,6	12.243,5	6.188,4	11.263,0	102,84%
CORREL	84,03%	87,98%	-76,54%	97,06%	96,79%	93,34%	

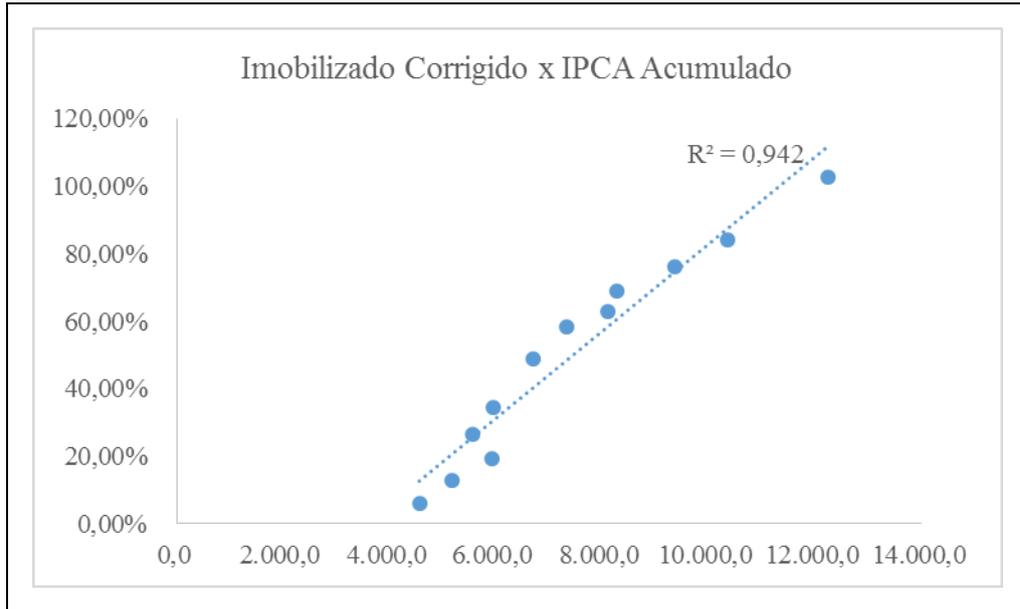
Fonte: elaborada com base nos dados da amostra (2022).

Nota: Imob = Ativo Imobilizado; Intang = Ativo Intangível; PL = Patrimônio Líquido; Corríg = Corrigido; Correl = Correlação; Acum = Acumulado

A Tabela 3 apresenta as correlações entre o Imobilizado, o Intangível e o Patrimônio Líquido, nominais e corrigidos, e o IPCA acumulado para cada ano, analisadas posteriormente.

Figura 1 - Coeficiente de Correlação do Produto dos Momentos de Pearson para o Ativo Imobilizado e o IPCA

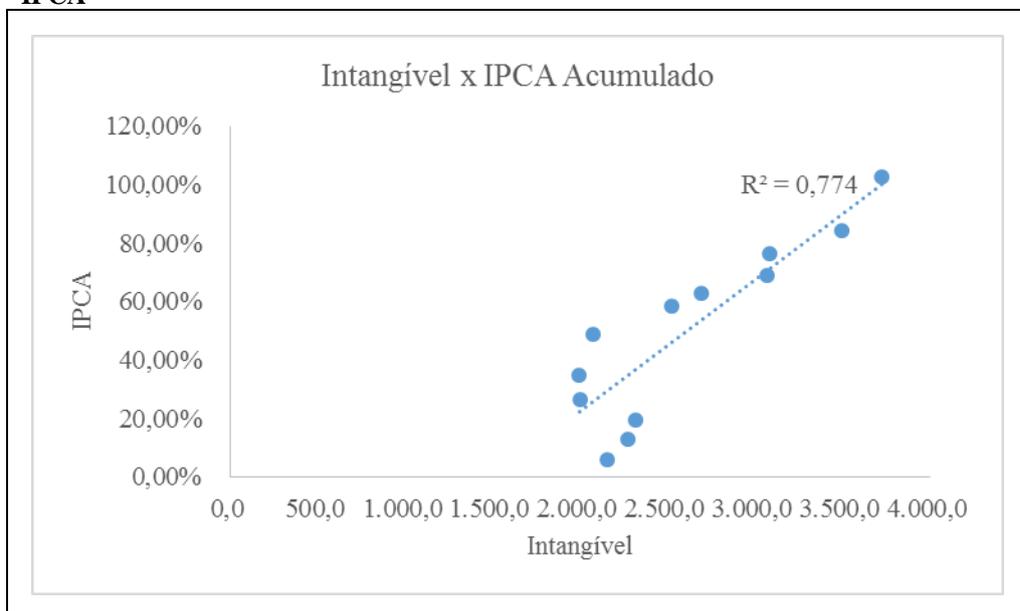


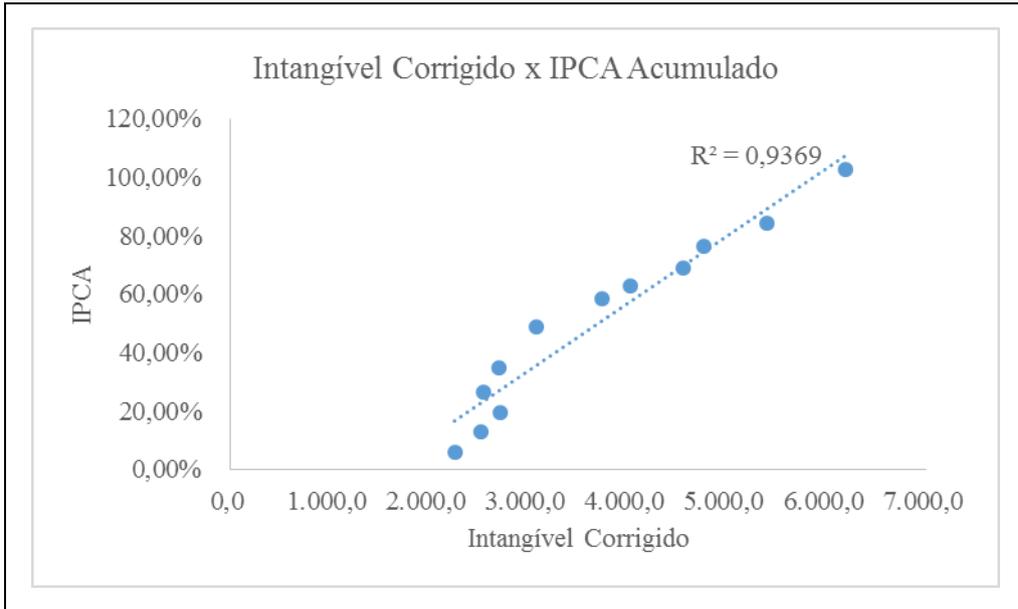


Fonte: elaborada com base nos dados da amostra (2022).

Pela análise da Figura 1, conclui-se que 70,61% dos dados apresentam correlação antes da aplicação da correção, sendo esta de 84,03%. Nota-se que existe maior precisão quando trabalhado com o Imobilizado Corrigido, ficando em 94,20%, com correlação de 97,06%. Portanto, a eficiência da variável aumenta ao se trabalhar com os valores de Imobilizado Corrigido.

Figura 2 - Coeficiente de Correlação do Produto dos Momentos de Pearson para o Ativo Intangível e o IPCA

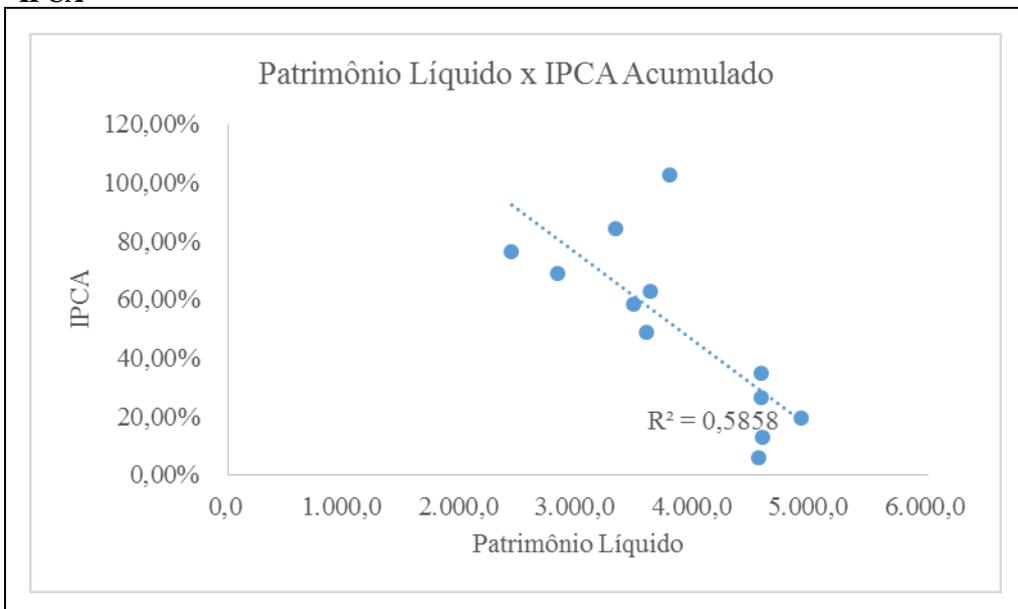


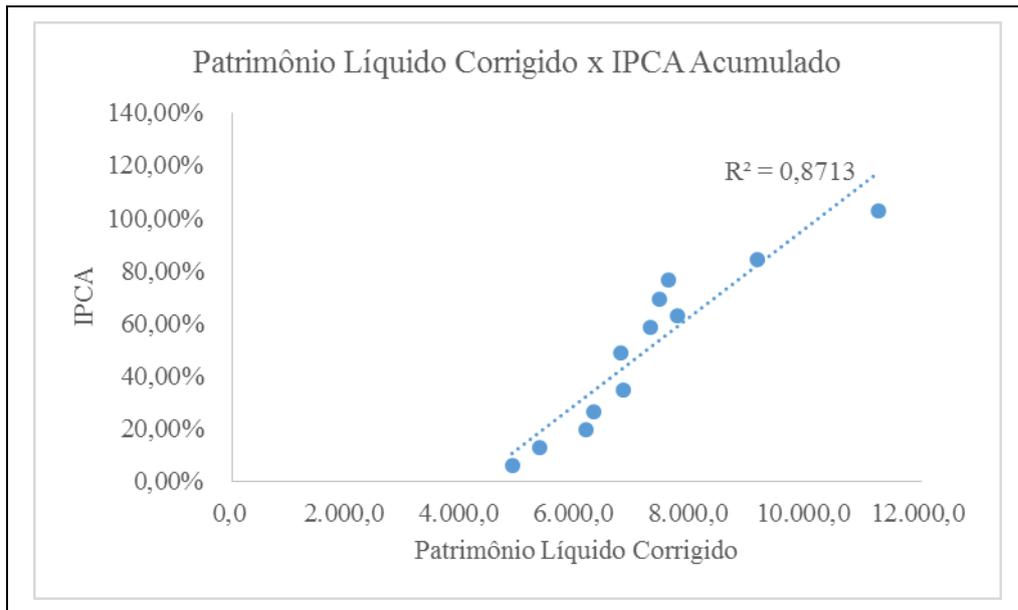


Fonte: elaborada com base nos dados da amostra (2022).

De maneira semelhante, com relação ao Ativo Intangível, conforme Figura 2, a variação explica a correção do Intangível, porque 93,69% da explicação da análise é feita com a Correlação de Pearson, de 96,79% para o Intangível Corrigido. Com isso, há um aumento na qualidade da análise da explicação da variável quando aplicada a correção, sendo que antes era de 77,40%, com correlação de 87,98%.

Figura 3 - Coeficiente de Correlação do Produto dos Momentos de Pearson para o Patrimônio Líquido e o IPCA





Fonte: elaborada com base nos dados da amostra (2022).

Por fim, analisando a Figura 3, 58,58% da variância explica a correlação de -76,54% para os valores antes da correção. A aplicação da Correção Monetária de Balanço aumentou o índice de certeza em 48,74%, passando a 87,13%, com correlação de 93,34%.

4.3 ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE OS INDICADORES ECONOMICO-FINANCEIROS

Os efeitos da Correção Monetária de Balanço nos indicadores econômico-financeiros e patrimoniais, estão analisados em três grupos de indicadores: financeiros, econômicos e patrimoniais, apresentados na sequência.

4.3.1 INDICADORES FINANCEIROS

Os indicadores financeiros analisados estão apresentados na Tabela 4, sendo Liquidez Geral e Liquidez Seca, como indicadores de liquidez, e Participação de Capital de Terceiros e Participação de Capital Próprio, representando os indicadores de estrutura de capital. Consoante com a fundamentação teórica, os indicadores de liquidez buscam avaliar a situação financeira das entidades por meio do confronto de ativos realizáveis e passivos exigíveis em diferentes níveis. Para este grupo de indicadores, não foi aplicada a Correção Monetária de Balanço, sendo apresentados, portanto, a fim de contribuir para o entendimento da situação financeira das empresas analisadas. Indicadores de estrutura de capital visam a identificar a composição das fontes de financiamento da entidade. Fazem parte do cálculo destes indicadores o Patrimônio Líquido, para verificar a Participação de Capital Próprio, e o Ativo Total, para ambos os indicadores selecionados, sendo, portanto, esperado que estes apresentem variações ao ser aplicada a CMB.

Tabela 4 – Indicadores Financeiros, pela média das empresas no período de 2010 a 2021

	LG	LS	PCT	PCT CORRIG	Δ %	PCP	PCP CORRIG	Δ %	IPCA
2010	0,78	1,33	76,52%	75,02%	-1,96	23,48%	24,98%	6,40	5,91%
2011	0,80	1,00	76,30%	73,20%	-4,06	23,70%	26,80%	13,05	6,50%

2012	0,82	1,10	74,44%	70,03%	-5,93	25,56%	29,97%	17,26	5,84%
2013	0,89	1,36	72,26%	65,84%	-8,89	27,74%	34,16%	23,16	5,91%
2014	0,96	1,48	73,20%	65,95%	-9,91	26,80%	34,05%	27,06	6,41%
2015	0,86	1,29	79,08%	68,84%	-12,95	20,92%	31,16%	48,97	10,67%
2016	0,86	1,25	78,17%	66,58%	-14,83	21,83%	33,42%	53,11	6,29%
2017	0,87	1,25	77,78%	66,57%	-14,41	22,22%	33,43%	50,47	2,95%
2018	0,88	1,15	78,87%	67,15%	-14,86	21,13%	32,85%	55,46	3,75%
2019	0,90	1,10	79,63%	67,22%	-15,59	20,37%	32,78%	60,95	4,31%
2020	0,93	1,13	76,68%	65,19%	-14,98	23,32%	34,81%	49,26	4,52%
2021	0,85	0,90	77,06%	64,20%	-16,69	22,94%	35,80%	56,06	10,06%

Fonte: elaborada com base nos dados da amostra (2022).

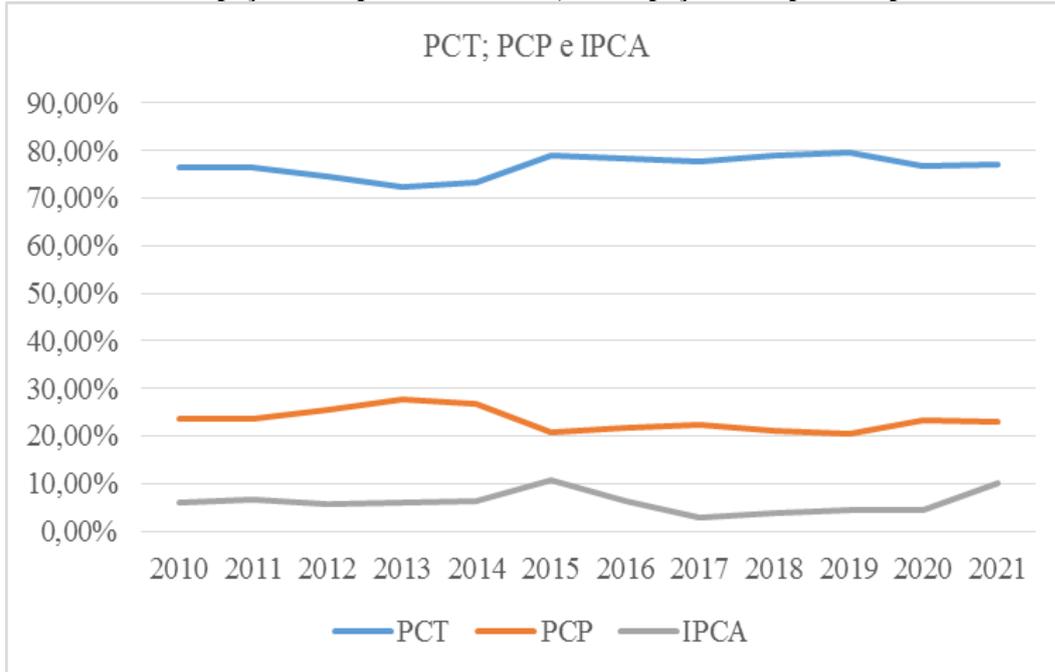
Nota: LG = Liquidez Geral; LS = Liquidez Seca; PCT = Participação de Capital de Terceiros; PCP = Participação de Capitais Próprios; Corrig = Corrigido

Observa-se pela Tabela 4 que, na média, as companhias apresentaram insuficiência financeira para arcar com suas obrigações no longo prazo, representado pela LG. No curto prazo, por outro lado, analisando a LS, com exceção de 2021, as empresas apresentaram indicador superior a 1, demonstrando condições financeiras suficientes para cumprir com todas suas obrigações.

A tendência esperada para os indicadores de estrutura de capital com a aplicação da correção fica demonstrada pelo exposto na Tabela 4: a PCT diminui, tendo em vista que os Passivos seguem inalterados e o Ativo Total aumenta, pela correção de itens do Ativo Não Circulante, enquanto a PCP aumenta, pois tanto o Patrimônio Líquido quanto o Ativo Total sofrem efeitos pela CMB.

Os resultados da análise destes índices corroboram com as observações de Mattje (2004), que, ao analisar as Demonstrações Contábeis da Tupy S.A. com e sem Correção Monetária, concluiu que o índice de Participação de Capital de Terceiros calculado a partir das informações pela legislação societária está distorcido para maior, se comparado aos calculados após aplicação da Correção Monetária.

Assaf Neto (2020) expõe que, quanto maior for a participação de capital de terceiros, mais dependente financeiramente a empresa é de capitais de terceiros. Por outro lado, o nível de independência financeira da empresa aumenta à medida que a participação de capitais próprios cresce. Nesse caso, as empresas da amostra estariam se tornando mais independentes de financiamento por capitais de terceiros, aumentando a garantia a seus credores.

Gráfico 1 – Participação de Capital de Terceiros, Participação de Capital Próprio e IPCA.

Fonte: Elaborado com base nos dados da amostra (2022).

Nota: PCT = Participação de Capital de Terceiros; PCP = Participação de Capitais Próprios

O Gráfico 1 demonstra os indicadores de estrutura de capital sem correção e o IPCA para cada ano. O Brasil adota metas de inflação controladas pelo BCB, por intermédio da taxa Selic, taxa básica de juros da economia brasileira. Em momentos de inflação elevada, a tendência é que as taxas de juros também estejam elevadas, na tentativa de diminuir a tomada de crédito pela população, para diminuir o consumo, diminuindo a inflação. Pode-se perceber que, no ano de 2015, em que o IPCA foi de 10,67%, a PCT aumentou e a PCP diminuiu, fato que pode ser explicado em razão de encarecimento do crédito, com juros mais elevados. Ou seja, ainda que as demonstrações contábeis não sejam corrigidas, a inflação é assimilada pelas atividades operacionais da empresa.

4.3.2 INDICADORES PATRIMONIAIS

O grau de Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL), apresentado na Tabela 5, indica o quanto as empresas investem dos seus recursos próprios em Ativos Imobilizados e Intangíveis sem a intenção de realização, trazendo uma análise da situação patrimonial destas.

Tabela 5 – Indicadores Patrimoniais pela média das empresas no período de 2010 a 2021

	IPL	IPL CORRIG	Δ %	IPCA	IPCA ACUM
2010	240,52%	220,82%	-8,19	5,91%	5,91%
2011	207,02%	182,98%	-11,61	6,50%	12,79%
2012	180,10%	157,75%	-12,41	5,84%	19,38%
2013	202,44%	153,67%	-24,09	5,91%	26,44%
2014	261,32%	165,32%	-36,74	6,41%	34,54%
2015	344,12%	137,11%	-60,15	10,67%	48,90%
2016	348,35%	161,64%	-53,60	6,29%	58,26%
2017	1615,63%	198,82%	-87,69	2,95%	62,93%
2018	192,81%	131,54%	-31,78	3,75%	69,04%
2019	340,97%	147,65%	-56,70	4,31%	76,33%
2020	329,45%	167,55%	-49,14	4,52%	84,30%
2021	366,74%	164,05%	-55,27	10,06%	102,84%

Fonte: elaborada com base nos dados da amostra (2022).

Nota: IPL = Imobilização do Patrimônio Líquido; Corrig = Corrigido; Acum = Acumulado

Desconsiderou-se o IPL de 2015, 2018 e 2019 da Minerva S.A. por esta apresentar Patrimônio Líquido negativo, resultando em indicador negativo que distorceria os resultados. Observa-se que a média do IPL é superior a 100% em todos os anos, demonstrando que os recursos próprios das empresas não são suficientes para financiar os ativos imobilizados e intangíveis destas. Na média, as empresas apresentaram diminuição no grau de Imobilização do Patrimônio Líquido com a aplicação da correção monetária, o que é benéfico para elas. Chama-se atenção para o ano de 2017, que apresentou indicador nominal, na média das empresas, de 1.615%, influenciado pelo indicador da Minerva S.A. de 5.943,23% para este ano, em razão de Patrimônio Líquido de R\$ 71 milhões, corroído por prejuízos, e Imobilizado e Intangível de R\$ 4,2 bilhões.

A Tabela 6 apresenta o mesmo indicador para cada empresa, na média do período de 2010 a 2021.

Tabela 6 – Indicadores Patrimoniais pela média do período para cada empresa

	IPL	IPL CORRIG	Δ %
BRF S.A.	145,98%	124,46%	-14,75
Excelsior Alimentos S.A.	104,97%	105,72%	0,71
Marfrig Global Foods S.A.	393,09%	208,62%	-46,93
Minerva S.A.	385,26%	231,05%	-40,03

Fonte: elaborada com base nos dados da amostra (2022).

Nota: IPL = Imobilização do Patrimônio Líquido; Corrig = Corrigido

A Excelsior Alimentos S.A. foi a única a apresentar variação positiva do indicador na média do período. Imobilizado e Intangível variaram 25,52%, enquanto o Patrimônio Líquido 18,64%, de maneira que os ativos passaram a representar uma parcela maior do Patrimônio Líquido.

4.3.3 INDICADORES ECONÔMICOS

Para avaliação do desempenho econômico das companhias, utilizou-se a Margem Líquida, como indicador de lucratividade, e os indicadores ROA (Retorno sobre o Ativo) e ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido), para análise da rentabilidade, apresentados na Tabela 7. Para estes indicadores, não é possível prever tendência de aumento ou diminuição, visto que o Resultado do Exercício, o Ativo e o Patrimônio Líquido são afetados pela correção monetária, variando em proporções e, no caso do Resultado do Exercício, sentidos diferentes, conforme a estrutura de cada empresa.

Tabela 7 – Indicadores Econômicos, pela média das empresas no período de 2010 a 2021

	ML	ML CORRIG	DIF %	ROE	ROE CORRIG	DIF %	ROA	ROA CORRIG	DIF %	IPCA
2010	-0,96%	-0,36%	0,61	-55,43%	-42,00%	13,43	-2,71%	-2,12%	0,58	5,91%
2011	1,52%	2,54%	1,02	11,31%	14,91%	3,60	2,06%	3,01%	0,95	6,50%
2012	0,14%	1,09%	0,95	4,46%	8,84%	4,39	1,64%	2,56%	0,92	5,84%
2013	0,42%	1,39%	0,97	-8,11%	4,79%	12,90	3,69%	4,59%	0,90	5,91%
2014	1,45%	2,39%	0,95	-17,21%	1,84%	19,05	3,86%	4,49%	0,62	6,41%
2015	-0,09%	1,88%	1,97	-30,92%	8,55%	39,47	0,49%	2,08%	1,59	10,67%
2016	0,79%	2,24%	1,45	-1,25%	9,93%	11,18	2,23%	3,28%	1,05	6,29%
2017	-0,52%	0,21%	0,73	-99,40%	-0,11%	99,29	1,22%	1,75%	0,53	2,95%
2018	-3,50%	-2,72%	0,78	-14,85%	-1,40%	13,45	-2,26%	-1,14%	1,11	3,75%

2019	5,50%	6,44%	0,94	47,33%	21,75%	-25,58	7,55%	7,59%	0,03	4,31%
2020	6,54%	7,57%	1,03	63,36%	28,17%	-35,19	8,54%	8,48%	-0,06	4,52%
2021	3,77%	5,75%	1,98	55,96%	26,74%	-29,22	5,52%	6,78%	1,26	10,06%

Fonte: elaborada com base nos dados da amostra (2022).

Nota: ML = Margem Líquida; ROE = Retorno Sobre o Patrimônio Líquido; ROA = Retorno sobre o Ativo; Corrig = Corrigido

Conforme a Tabela 7, pode-se perceber que, para todos os anos, a Margem Líquida média das empresas aumentou após correção, apresentada a diferença em pontos percentuais. Isso significa que, na verdade, uma porcentagem menor das receitas foi utilizada para arcar com todos os custos e despesas incorridos no período (ASSAF NETO, 2020). Pela análise deste indicador, é possível concluir que as empresas da amostra apresentam resultados nominais inferiores aos resultados corrigidos. Com isso, a distribuição de lucros e formação de reservas seria a menor. Além disso, seriam apurados Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em valores inferiores aos efetivamente devidos, em função de serem oferecidos à tributação valores inferiores.

Foram excluídos os ROEs da Minerva S.A. para os anos de 2015, 2018 e 2019, em razão desta apresentar Patrimônio Líquido negativo e prejuízo nos exercícios, o que acarretaria em ROE positivo, distorcendo a realidade. Para as empresas da amostra desta pesquisa, observou-se que, até 2018, o ROE corrigido foi superior ao ROE nominal e, a partir de 2019, o ROE corrigido foi inferior ao nominal. Nota-se, portanto, que a falta de correção, até 2018, diminuiu a rentabilidade para os acionistas, ou seja, o retorno sobre os capitais próprios demonstrado pelos valores nominais é irreal.

Entretanto, esses resultados vão de encontro aos obtidos por Gabriel, Assaf Neto, Corrar (2005), que analisaram o impacto do fim da Correção Monetária no retorno sobre o Patrimônio Líquido dos bancos no Brasil e concluíram que média do ROE sem aplicação da Correção Monetária é significativamente maior que a média do ROE ajustado pela Correção Monetária, para o período de 1996 a 2001. Com a análise do ROA, conclui-se que, na maioria dos anos, houve aumento no indicador com aplicação da correção. Apresenta-se, na Tabela 8, este indicador para o ano de 2021, para cada empresa.

Tabela 8 – Retorno sobre os Ativos pela média do período para cada empresa

	ROA	ROA CORRIG	DIF %
BRF S.A.	2,07%	2,54%	0,46
EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.	10,68%	9,93%	-0,74
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	0,13%	1,93%	1,81
MINERVA S.A.	-2,25%	-0,62%	1,63

Fonte: elaborada com base nos dados da amostra (2022).

Nota: ROA = Retorno sobre o Ativo; Corrig = Corrigido

Observa-se que a Excelsior Alimentos S.A, empresa com menor grau de imobilização do Patrimônio Líquido, foi a única a apresentar variação negativa deste indicador na média dos períodos. Soma-se a isso a diminuição da margem líquida da companhia. Por apresentar baixo grau de imobilização de seu Patrimônio Líquido, a empresa teve mais despesas do que receitas com a CMB, o que diminui o Resultado do Exercício.

De maneira semelhante, Silva (2018), ao analisar empresas do setor de telecomunicações, verificou que as empresas que apresentaram diminuição do lucro com aplicação da Correção Monetária, tendem a diminuir o ROA, quando comparado ao indicador sobre os valores nominais, bem como as empresas que aumentaram seus resultados tendem a apresentar aumento do indicador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou os impactos econômico-financeiros e patrimoniais da não consideração da Correção Monetária nas demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2010 a 2021 das empresas do segmento de carnes e derivados de capital aberto listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). Os objetivos específicos foram analisar o efeito dos ganhos/perdas inflacionários não reconhecidos nos principais indicadores econômico-financeiros e patrimoniais, verificar a influência da inflação no Patrimônio Líquido e Ativo Não Circulante das empresas e identificar o impacto da não correção nos tributos e na distribuição de lucros. Para tal fim, foram utilizados indicadores financeiros, econômicos e patrimoniais.

A análise da Correlação de Pearson, apurada para o Ativo Imobilizado, o Ativo Intangível e o Patrimônio Líquido, nominais e corrigidos, com relação ao IPCA Acumulado, demonstram que há maior precisão quando trabalhado com os valores corrigidos, aumentando a eficiência das variáveis.

Os indicadores financeiros de liquidez foram apresentados com a finalidade de trazer um maior entendimento quanto à situação financeira das empresas da amostra. Concluiu-se que, na média, as empresas apresentaram insuficiência financeira para arcar com suas obrigações no longo prazo, e, na maioria do período, boas condições financeiras para o curto prazo. Para os indicadores de estrutura de capital, nota-se que a aplicação da Correção Monetária de Balanço aumentou, para todas as empresas, a participação de capitais próprios, comportamento já esperado devido à forma de apuração dos indicadores. Tal fato implica em maior independência financeira da empresa com relação a terceiros, aumentando a credibilidade perante seus credores. Verificou-se que no ano de maior inflação, a Participação de Capitais de Terceiros aumentou e a Participação de Capitais Próprios diminuiu, em razão de encarecimento do crédito, o que demonstra que ainda a inflação é percebida nas contas operacionais, o que não ocorre nas de natureza permanente.

A análise patrimonial refere-se ao grau de imobilização do Patrimônio Líquido. As empresas analisadas, na média, apresentaram diminuição no grau de Imobilização do Patrimônio Líquido com a aplicação da Correção Monetária de Balanço, o que é benéfico, em função de que este indicador elevado indica que os recursos próprios das empresas não são suficientes para financiar os ativos imobilizados e intangíveis destas.

Com a avaliação dos indicadores econômicos de lucratividade, ficou demonstrado que, para as empresas analisadas, no período definido, a Margem Líquida média das empresas aumentou após correção. Com isso, conclui-se que estas empresas podem estar distribuindo dividendos e pagando impostos a menor do que o efetivamente devido, o que traz prejuízos aos acionistas, ao governo e à sociedade. Para as empresas da amostra desta pesquisa, observou-se que, na maior parte do período, o ROE corrigido foi superior ao ROE nominal, diminuindo a rentabilidade sobre os capitais próprios. Com a análise do ROA, conclui-se que, na maioria dos anos, houve aumento no indicador com aplicação da correção. Observou-se que a única empresa a apresentar variação negativa na rentabilidade sobre os ativos é a que possui menor grau de imobilização.

Este estudo apresentou limitações. Cita-se, dentre elas, o fato de ter sido desprezada, para fins de análise, a inflação existente nos períodos anteriores a 2010, o que afetaria os valores absolutos de todo o período de análise e, conseqüentemente, nas conclusões gerais obtidas. Outra limitação é quanto aos valores de depreciação e amortização acumulada, que não estavam disponíveis para todos os anos para as empresas da amostra, motivo pelo qual as contas de Imobilizado e Intangível foram analisadas pelos valores líquidos divulgados.

Limita-se, também, por desconhecer as datas de cada fato gerador, por exemplo, a data de aquisição de cada ativo.

Em suma, a contribuição da pesquisa é de que os efeitos inflacionários impactaram nas demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2010 a 2021 das empresas do segmento de carnes e derivados de capital aberto listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), nos indicadores financeiros, patrimoniais e econômicos, podendo afetar a distribuição de dividendos e os impostos pagos, conforme demonstrado pelas análises. O presente estudo contribui para melhorias no processo de governança corporativa, visto que o *disclosure* está relacionado à qualidade das informações reportadas pelas empresas, e é componente importante deste processo.

Salienta-se que os resultados obtidos com esta pesquisa se referem apenas às empresas da amostra, não podendo ser generalizados para as demais empresas existentes, já que nem mesmo as empresas da amostra possuem conclusões absolutas, a depender da estrutura patrimonial e porte financeiro de cada uma. Pesquisas futuras poderão analisar outros grupos de empresas, de outros segmentos da B3, a fim de comparar se os efeitos percebidos são semelhantes aos das empresas da amostra deste estudo.

REFERÊNCIAS

- AMBROZINI, M. A.; BONACIM, C. A.; ASSAF NETO, A. O Impacto do Fim da Correção Monetária no Resultado das Companhias Brasileiras de Capital Aberto e na Distribuição de Dividendos: Estudo Empírico no Período Pós-Plano Real. **Qualitas Revista Eletrônica**, Paraíba, v. 7, n. 2, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238689149_O_Impacto_do_Fim_da_Correcao_Monetaria_no_Resultado_das_Companhias_Brasileiras_de_Capital_Aberto_e_na_Distribuicao_de_Dividendos_Estudo_Empirico_no_Periodo_Pos-Plano_Real. Acesso em: 7 jun. 2021.
- ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de Balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **O que é inflação**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BARBOSA, F. H. A DINÂMICA MONETÁRIA DA HIPERINFLAÇÃO: CAGAN REVISITADO. **Revista de Economia Contemporânea do IE/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 1997. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19576/11341>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- BEUREN, I. M.; LONGARAY, A. A.; RAUPP, F. M.; SOUSA, M. A.; COLAUTO, R. D.; PORTON, R. A. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BONA, A. Inflação e deflação: entenda as diferenças! **André Bona, 2020**. Disponível em: <https://andrebona.com.br/inflacao-e-deflacao-entenda-as-diferencas/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da União, Brasília, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm#. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL, BOLSA BALCÃO – B3 S.A. - B3. **Empresas listadas:** setor de atuação. Brasil, 2022. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL, BOLSA BALCÃO – B3 S.A. - B3. **Histórico pessoas físicas.** Brasil, 2021. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/historico-pessoas-fisicas/. Acesso em: 1 mar. 2021.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica.** 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; SANTOS, S. C. dos; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidencição. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 56-76, 2005. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/36406/a-dualidade-entre-os-beneficios-do-disclosure-e-a-relutancia-das-organizacoes-em-aumentar-o-grau-de-evidenciacao>. Acesso em: 19 mar. 2022.

D'OLIVEIRA, F. F. **Inflação de Alimentos: Determinantes, atual conjuntura global e implicações para a política monetária.** 2007, 73 f. Monografia (Graduação em Economia) - Departamento de Economia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, L. P.; MARQUES, J. A. Impacto na análise econômico-financeira do não reconhecimento dos efeitos da inflação: o caso Copesul no período 1999 - 2003. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 59-83, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://www.revistacgg.org/contabil/article/download/161/167>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

FONSECA, J. J. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UECE, 2002.

GABRIEL, F.; ASSAF NETO, A.; CORRAR, L. J. O impacto do fim da correção monetária no retorno sobre o patrimônio líquido dos bancos no Brasil. **RAUSP Management Journal**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 44-54, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223417390004>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GELINGER, C. T.; VIER, A. J. O efeito inflacionário nas demonstrações contábeis: Estudo de caso na empresa Vulcabras/Azaleia – 2007 a 2013. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, Taquara, n. 6, p. 270-290, 2015. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/163>. Acesso em: 30 mar. 2021.

GERON, C. M. **Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos 30 anos: da Lei 6.404/76 à Lei 11.638/07.** 2008, 300 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INFLAÇÃO. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inflacao/>. Acesso em: 28 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**: Séries históricas. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=inflacao#plano-real-ano. Acesso em: 15 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Inflação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 27 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC. **Código brasileiro das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Carta de Conjuntura 31**. A inflação dos alimentos: uma análise do desempenho recente, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/160721_cc31_nt_inflacao.pdf. Acesso em: 07 set. 2021.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos. **Manual de contabilidade societária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

KANDIR, A. **A dinâmica da inflação**: uma análise das relações entre inflação, fragilidade financeira do setor público, expectativas e margens de lucro. São Paulo: Nobel, 1989.

KLANN, R. C.; SOUZA, J. C.; BEUREN, I. M. O impacto do não reconhecimento da inflação nas Demonstrações Contábeis na distribuição de dividendos. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 59-78, jan./abr. 2007.

Disponível em:

<https://www.repec.org.br/repec/article/view/5#:~:text=Assim%2C%20conclui%2Dse%20que%20a,que%20os%20acionistas%20teriam%20direito>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. I.; REGO, J. M.; BORGES, M. A.; MARQUES, R. M. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, O. S.; DANTAS, R. F.; VASCONCELOS, A. F. O custo inflacionário na análise das demonstrações contábeis: Um estudo de caso no período 2005-2006. **Revista INGEPRO**, Santa Maria, 2010. Disponível em:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1583229. Acesso em: 5 abr. 2021.

MATTJE, E. **Correção Monetária**: influências nos índices de liquidez, rentabilidade e estrutura de capital. 2004, 59 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) –

Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MELO, S.; MARTINS, E.; NAGAI, C.; AMARAL, J. V.; SALOTTI, B. M. Demonstrações Contábeis sem Efeitos Inflacionários: Uma Abordagem Relativa às Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 63-77, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/402>. Acesso em: 25 fev. 2021.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, XV, 1996, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: conselho federal de Contabilidade, 1996.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PALEPU, K. G.; HEALY, P. G.; BERNARD, V. L. **Business analysis and valuation: Using financial statements**. 3. ed. Ohio: South-Western College Publishing, 2004.

SANTOS, F. **Análise de balanços**. Joinville: Clube de Autores, 2012.

SANTOS, L. C.; VARGAS, R. A. O Impacto da Extinção da Correção Monetária do Balanço. **Revista Gestão & Conhecimento**, Paraná, v. 5, n. 1, p. 174-185, jan./jun. 2007. Disponível em: https://www.facet.br/gc/v5n1/pdf/o_impacto_da_extincao_da_correcao_monetaria_do_balanco.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

SARQUIS, R. W.; FLORES, E. S.; BITTAR-GODINHO, D. F.; MARTINS, E. Inflação: se eu não a vejo na Contabilidade, não existe? **Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 108-126, 2020. Disponível em: <https://ojs.fipecafi.org/index.php/RevFipecafiCCF/article/view/27#:~:text=O%20suposto%20controle%20da%20infla%C3%A7%C3%A3o,nas%20demonstra%C3%A7%C3%B5es%20cont%C3%A1beis%20n%C3%A3o%20seriam>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SCHMIDT, A. G. Importância da Teoria da Divulgação nas Práticas de Governança Corporativa. *In*: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, IV, 2018, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UnB, 2018.

SILVA, J. P. **Análise Financeira das Empresas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, F. O. **Correção Monetária e Análise Econômico-financeira: um estudo em empresas de telecomunicações**. 2018, 53 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SILVA, V. F.; MALACRIDA, M. J. Efeitos do Fim da Correção Monetária de Balanços sobre a Qualidade das Informações Contábeis. *In*: USP International Conference in Accounting, XX, 2020, São Paulo. **Anais[...]**. São Paulo: USP, 2020.

TAKAMATSU, R. T.; LAMOUNIER, W. M. A Importância da Atualização Monetária de Valores para a Análise das Demonstrações Financeiras. **Contabilidade Vista & Revista**, Minas Gerais, v. 17, n. 2, p. 67-87, 2009. Disponível em <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/298#:~:text=Essa%20convers%C3%A3o%20%C3%A9%20de%20grande,e%2Fou%20tomador%20de%20decis%C3%B5es>. Acesso em: 7 abr. 2021.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

WESSELS, W. J. **Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.